

# A formação do espaço capitalista

Marcelo Micke Doti<sup>1</sup>  
Sinclair Mallet Guy Guerra<sup>2</sup>

## Resumo

O artigo faz um retrospecto pelas várias maneiras de ocupação do espaço e sua formação, sua construção antes de chegar ao espaço capitalista e sua específica construção, sua fenomenologia por estruturas econômicas próprias e bastante diversas. Com isso, além de se verificar um percurso histórico, o artigo também verifica este no qual vivemos, sua percepção, seus gerenciamentos dos afetos: é desta maneira que surge, por exemplo, o conceito de fetichismo do espaço como poderosa maneira de gerenciar percepções e suas conceituações sobre a sociedade e o espaço ocupado. O artigo demonstra o espaço como força produtiva e necessidade de sua antropogênese: processo que não significa "humanização" do espaço, mas construção por meio de relações de produção e estruturas de classe. Mostra ainda como as estruturas do capital o produzem constituindo uma força produtiva peculiar de desenvolvimento mais lento; porém, com os desdobramentos industriais o espaço é finalmente subsumido pelo capital.

**Palavras-chaves:** Capital; formação histórica; fetichismo do espaço.

---

<sup>1</sup> Professor e pesquisador em regime integral (RJI) do CPS (CEETEPS) do Estado de São Paulo na Faculdade de Tecnologia (Fatec/Campus Mococa) e psicanalista (em formação). O campo intelectual de meus estudos configura-se especialmente nas interfaces entre filosofia da tecnologia, sociedade e formas atuais de sujeição. Isso envolve e articula de maneira muito especial a filosofia, a crítica social e a psicanálise com suas potencialidades de intervenção nesta crítica não sendo apenas, mas também, um campo clínico. Dentro desta perspectiva dá-se, então, estudos relacionados com as TICs e suas modalidades, suas configurações sobre os indivíduos dentro de uma sociedade de controle e de modulação das subjetividades, afetando-as tanto em seu fazer psíquico como também em seus atos educacionais fortemente imbricados. Isto é altamente relevante quando se fala em mundo digital e educação, sobretudo a depender qual o conceito de educação está em evidência: educação como formação e engajamento de sujeitos em complexidades da realidade histórica e social a lhe permear a existência.

Formado em Ciências Econômicas (Unesp/FCLAr), mestrado em Filosofia Política (Unicamp/IFCH), mestrado em Sociologia (Unesp/FCLAr), doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos (Unicamp/FEM) e pós-doutorado em Pesquisas Energéticas (UFABC/CECS). | [marcelo.micke@uol.com.br](mailto:marcelo.micke@uol.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Economia da Energia pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris III. Docente do Programa de Pós Graduação em Economia política Mundial da UFABC.



## Resumen

El artículo revisa las diversas formas de ocupación del espacio y su formación, su construcción antes de llegar al espacio capitalista y su construcción específica, su fenomenología a través de estructuras económicas propias y muy diversas. Así, además de verificar un camino histórico, el artículo también verifica este en el que vivimos, su percepción, su gestión de los afectos: así surge, por ejemplo, el concepto de fetichismo espacial como una forma poderosa de gestionar las percepciones y los afectos. sus conceptualizaciones sobre la sociedad y el espacio ocupado. El artículo demuestra el espacio como fuerza productiva y necesidad de su antropogénesis: un proceso que no significa “humanización” del espacio, sino construcción a través de relaciones de producción y estructuras de clase. También muestra cómo las estructuras del capital lo producen, constituyendo una peculiar fuerza productiva de desarrollo más lento; sin embargo, con los desarrollos industriales, el espacio finalmente es subsumido por el capital.

**Palabras clave:** Capital; formación histórica; fetichismo espacial.

## Abstract

The article reviews the various ways of occupying space and its formation, its construction before reaching the capitalist space and its specific construction, its phenomenology through its own and very diverse economic structures. Thus, in addition to verifying a historical path, the article also verifies this one in which we live, its perception, its management of affects: this is how, for example, the concept of space fetishism emerges as a powerful way to manage perceptions and their conceptualizations about society and occupied space. The article demonstrates space as a productive force and a need for its anthropogenesis: a process that does not mean “humanization” of space, but construction through production relations and class structures. It also shows how the structures of capital produce it by constituting a peculiar productive force of slower development; however, with industrial developments, space is finally subsumed by capital.

**Keywords:** Capital; historical formation; space fetishism.

## Introdução

Falar do espaço como base material do valor em qualquer modo de produção, precisa começar pelo fim. Ver-se-á brevemente como todo modo de produção interage e produz intercâmbio com o espaço. O referido fim, no entanto, é o entendimento do espaço mercantil e “mercantilizável” – significa dizer, sempre pronto a se transformar ou se objetivar em mercadoria, a *fenomenologia do capital* – do capitalismo atual. Faremos uma pequena história do espaço do capital como retorno analítico do processo. Forma de vislumbrar com tintas fortes uma tela mista e paradoxal de deslumbramento, beleza, horror e medo.



As notícias que corriam naquele dia [após o furacão Katrina em setembro de 2005] dentro do abrigo diziam que Richard Baker, um proeminente congressista republicano da cidade [Nova Orleans], havia declarado a um grupo de lobistas que “Nós finalmente fizemos a limpeza dos prédios públicos de Nova Orleans. Nós não podíamos fazer isso, mas Deus fez.” Joseph Canizaro, um dos mais ricos empreendedores de Nova Orleans, tinha acabado de expressar um sentimento parecido: “Acho que nós temos um terreno limpo para começar de novo. E com esse terreno limpo, temos algumas oportunidades muito grandes”. Durante toda aquela semana, a Assembléia Estadual da Louisiana, em Baton Rouge, havia ficado cheia de lobistas das corporações preocupados em abocanhar aquelas grandes oportunidades: impostos menores, pouca regulamentação, trabalhadores mais baratos e uma “cidade menor, mais segura” – o que, na prática, significava planos para derrubar os projetos públicos de construção de moradias, substituindo-os por condomínios. Ouvindo aquela conversa sobre “novos começos” e “terrenos limpos” era quase impossível esquecer o vapor tóxico produzido por entulho, fluidos químicos e dejetos humanos a poucas milhas dali, ao longo da estrada (KLEIN, 2008, p. 13).

As considerações sobre espaço feitas neste artigo possuem um ponto de vista teórico e histórico. Sistemáticas no sentido de considerar o espaço como base da produção e ao mesmo tempo objetivação do valor e das formas sociais de existência. Mas é engano imaginar que o “terreno limpo” seja apenas espaço, fria realidade da existência do *H. sapiens*. Do ponto de vista produtivo, da realização de novos valores, com destaque e ênfase dentro do capitalismo, “terreno limpo” é tão simplesmente o espaço de produção e valorização, comercialização e centralização de novas riquezas. A sociedade, no entanto, é formada de classes e, para o “empreendedor”, o “terreno limpo” é mais um espaço produtivo. Para a linha teórica deste artigo é o terreno expurgado de pessoas, seres humanos até então existentes. Mesmo que o fundo sistêmico seja entender a produção de valor, o espaço organizado para este e, desta forma, antropomorfizado, nunca verá a realidade brutal e social de classes e suas formas de limpeza. Sim, poderíamos resumir dizendo: há um *fetice do espaço*, não vemos a luta de classes, as espoliações, segregações e violências instauradoras do que se vê.



Esse fetiche transforma-se em um “vício do espaço geográfico”: fixa-se no imaginário “uma realidade” fragmentada, sem totalidade e sem processos históricos.

Um modo de produção como forma pela qual se define em grandes linhas a produção de valores através da troca orgânica da sociedade com a natureza só pode, em sua própria essência, produzir determinadas interações espaciais. Para ser mais preciso: o espaço é organizado de tal forma que através de sua análise pode-se entender a produção do valor e as características mais gerais do nível econômico do referido modo de produção em suas diversas formações sociais.

Qualquer formação social em modos de produção distintos vai organizar um espaço econômico de produção. Este espaço antropogênico tem sua base no espaço natural. O espaço geográfico é o resultado dessa interação ou articulação da sociedade com a natureza por meio dos instrumentos tecnológicos que elevam a capacidade produtiva do trabalho humano. Cada instrumento e cada técnica desenvolvida dentro de determinada sociedade tem como função dado nível de interação e controle da natureza. A partir disso forma-se um espaço não mais natural, mas sim antropogênico, transformado e produzido pela sociedade em função de suas necessidades e suas capacidades; também de suas relações e divisão de classes e determinado nível das forças produtivas do momento.

Entretanto esse espaço não é homogêneo: já evidenciado anteriormente pela referência ao *fetiche* e as lutas de classes. Não é espaço pertencente a todos e controlado em função da produção de valores para a sociedade. Em todos os modos de produção expressos em luta de classes em seus mais diversos níveis (internamente a uma sociedade ou entre formações sociais diferentes e espaços também diferentes) o espaço revela essa desigualdade. Sua transformação e a produção de uma materialidade civilizacional determinam-se pela estrutura de classes. A estrutura política e econômica da exploração e dominação de classes revela-se pelas formas do espaço: a distribuição das habitações, o tamanho delas, os meios de transporte, a distribuição dos recursos públicos, a localização das infraestruturas de bem-estar social etc. Por este motivo diz-se que o espaço não é homogêneo e referente à estrutura classista da sociedade. Porém sendo o espaço visível, sensível aos olhos e paixões, pode ser mostrado e



exposto à exaustão em meio de comunicação: está formado assim um sórdido elemento cultural, ideológico e *fetichista*<sup>3</sup>.

A sua forma de análise também não é homogênea. Pelo contrário, extremamente complexa a construção do espaço social e, portanto, a análise não pode ser simples. Exige elevado grau de observação da sociedade e de suas múltiplas articulações. A totalidade social como horizonte metodológico marxista inclui a observação do espaço como momento de objetivação do trabalho social e é uma maneira de perceber a parte material, física da totalidade. Nos exemplos anteriores é possível ver a heterogeneidade dos espaços: o espaço público contra as formas e tamanho das habitações. Também é possível distinguir o espaço da realização da produção e do trabalho imediatamente realizado enquanto força física e o espaço do descanso. Mas sempre é possível perceber que ele está construído em torno das formas e características do modo de produção e sua divisão em classes<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Percebam um insidioso elemento disso como exemplo: novelas ou teledramaturgia. Ao mostrar que se passa em uma cidade como São Paulo e para mostrar a passagem do tempo, mostram-se cenas com pontos turísticos da cidade, elementos belos e distantes. A “força da grana que ergue e destrói coisas belas” só fica com a grana das coisas belas. Pode-se, sim, construir ideologia apenas com imagens e usar o próprio espaço para isso. Com um “detalhe” brutal: pessoas vivem e morrem por um naco deste espaço, vivem e morrem vidas sem sentido sob viadutos, o Pe. Júlio Lancelotti precisa quebrar blocos para que as pessoas possam dormir sob “um teto”. Este exemplo é apenas para ilustrar quantas narrativas e elementos do discurso ideológico se constrói sobre algo aparentemente tão simples: o espaço geográfico.

<sup>4</sup> Supomos que uma das maneiras de conduzir análises que coloquem a teoria do valor-trabalho como fundamental para entender a sociedade atual está nesta interação entre sociedade e espaço, ou sociedade e natureza na construção de um espaço antropogênico. A teoria do valor-trabalho é um dos pilares da construção marxista. Através dos avanços profundos da tecnologia e da ciência foi possível a teóricos como Habermas colocar ênfase nesta como as forças produtivas atuais eliminando erroneamente o trabalho direto como força produtiva. A construção sistêmica que compreenda o ser humano como parte da natureza e sua função específica nesta, seus desdobramentos evolutivos e os desenvolvimentos sociais possibilitados pela sua forma natural conduzindo-se até a transformação do espaço como atributo dessas suas capacidades e produzindo valores como objetivação do seu trabalho por meio da interação com natureza são os elos, mediações, determinações e articulações necessárias para uma construção teórica do marxismo. Resgatar-se-ia, assim, seu papel extremamente atual como síntese teórica de compreensão de um mundo complexo e necessitado de uma transformação urgente.



Com o capitalismo não é diferente. Pelo contrário, nenhum modo de produção produziu tantas e tão amplas modificações e transformações do espaço como este. Modo de produção este com sua estrutura típica de classes e de produção do valor assim como de seu acúmulo, centralização e concentração transformou e produziu um espaço típico às suas finalidades. Esta construção do espaço é, no entanto, histórica. Não surge como num passe de mágicas. Da mesma forma que o capitalismo vai se afirmando como modo de produção, consolidando-se, seu espaço próprio para produção de valores e acumulação da riqueza é também um produto histórico.

A intenção é mostrar, neste trabalho, alguns momentos dessa formação espacial. Mais precisamente como a organização<sup>5</sup> do mesmo atende a requisitos de dominação econômica e política no sentido de produção e reprodução econômicas bem como acumulação de centralização capital. Logo o sentido do texto é sugerir não uma precisa historiografia, mas as formas principais da organização desse espaço e a sua apropriação de classe.

### **Espaço medieval e suas limitações**

Conhecida a velha asserção de inexistência de comércio medieval. Inexata asserção, por sinal. Na verdade, tem-se um comércio extremamente limitado há alguns núcleos urbanos, trocas comerciais continentais em torno desses núcleos além de um comércio marítimo através do entorno europeu: Mediterrâneo, tanto oriental como ocidental, costa atlântica, mar do Norte e Báltico. Sem esquecer o comércio por entre os largos espaços asiáticos: Península Arábica, costa do Levante e além. As Cruzadas, como sabido, constitui um elemento comercial e, para historiadores do mundo islâmico, a primeira expressão do imperialismo europeu. Em hipótese alguma este significado está errado.

---

<sup>5</sup> O conceito de *organização* segue aqui o de David Harvey em *O Novo Imperialismo* (2005) quando ele aborda a *organização espaço-temporal*. O conceito envolve tanto o sentido de organizar o espaço em torno da acumulação quanto o de fixar (*fix*) no espaço as estruturas necessárias para a produção. O intento de aproximar nossa abordagem com o conceito de organização tal como sugerido por Harvey tem motivação que remonta ao conceito de materialidade desenvolvido em nosso doutorado.



Além da asserção imprecisa sobre inexistência de comércio medieval e as limitações da produção, portanto, outro problema ao se abordar o medievo consiste em ser um período enorme. Abordar largos períodos como esse é buscar uma generalização grande – do ponto de vista da escrita da história, a historiografia, sempre teremos imprecisão – e com isso tentar a aproximação de um conceito vasto. Sempre o perigo da armadilha do conceito: colocar uma “armadura” sobre a realidade, sobre o concreto, fixando-o de modo definitivo e, poder-se-ia dizer, “engessando-o”. Esta armadilha só pode ser evitada através do processo dialético de constante aproximação da realidade sintetizando uma parte expressiva desse método analítico.

Pode-se sim dizer um comércio debilitado durante um período muito grande de consolidação de alguns espaços jurídicos (reinos) que poderiam favorecer o comércio por meio de alguma segurança material. Também este era expressão de algum tipo de produção local como os cereais, madeiras, peles, peixe do norte no intercâmbio com produtos como azeite, azeitona, vinhos do Mediterrâneo além das sedas e outras especiarias (estes últimos não mais dependentes das condições locais de produção, mas adquiridos no Oriente) por meio de comerciantes do sul como os venezianos. Posteriormente entram em cena os florentinos e genoveses. No entanto, somente na baixa Idade Média, ou seja, a partir do século XI o comércio e mesmo a produção intensificam-se. Há, então, uma precisão no tempo ao invés de um largo período medieval. Do século XI em diante pode-se falar inclusive de certo revolucionar de técnicas e produção: seria a “revolução industrial da Idade Média” (GIMPEL, 1977) com conseqüente aproveitamento diferenciado de fontes de energia (uso mais intenso, por exemplo, dos moinhos hidráulicos).

No caso da alta Idade Média existia um espaço pouco desenvolvido de forma integrada visto o excedente econômico pequeno para circular extra feudo. Isso vai se refletir em um dos aspectos das forças produtivas que, em um processo circular, reflete-se sobre a própria produção (movimento dialético das determinações). Em outros termos: o baixo desenvolvimento dos meios de transporte, circulação e comunicação. Sabe-se da função importante do espaço nacional para a formação do capital e de uma burguesia comerciante: o espaço e a força que viriam a existir com eles.

As formações da Europa feudal também não conhecem o fato nacional. O excedente de origem interna é aqui relativamente importante, mas quase não circula fora do



feudo, pelo menos durante toda a alta Idade Média. Contudo, a partir do século XIII e principalmente XVI [comércio das cidades italianas e depois do Atlântico], na Europa Atlântica (Inglaterra, França, Espanha e Portugal) o comércio a longa distância aumenta o volume de excedente ao adicionar-lhe transferências de origem externa. A renda em gêneros cede lugar à renda em dinheiro; esta alimenta uma produção mercantil simples (artesanal) próspera que se insere neste comércio. As monarquias absolutas dos quatro países citados centralizam uma parte cada vez maior do excedente, asseguram a circulação apoiando-se nos comerciantes da época mercantilista e unem numa nação as terras dos seus reinos (AMIN, 1973, p. 23).

Estes aspectos da centralização do poder político e econômico faz parte do desenvolvimento de transição para a consolidação final do capitalismo como modo de produção hegemônico no mundo e organizador dos espaços mundiais para a sua reprodução. Esta organização do espaço nacional como sustentáculo para a expansão comercial será referida posteriormente.

Interessa-nos ainda o fato da fragmentação feudal. E nisto Samir Amim nos dá mais uma indicação para entender esse espaço de produção econômica. Enquanto assim permanecesse, fragmentado, desarticulado, desconectado, impossivelmente gerador de excedentes comerciáveis<sup>6</sup> só poderia deixar a cristandade latina como civilização periférica no mundo (ver nota 6 à frente):

---

<sup>6</sup> É fundamental entender que o espaço não é uma figura conceitual. Trata-se de entender como ele é a base material da produção de riqueza. É o entendimento que a matéria transformada pelo trabalho social se transforma em valor e o aumento da produtividade desse trabalho pode proporcionar excedentes comerciáveis. Tudo isso se faz em íntima articulação de espaço, forças produtivas, matéria e trabalho. No caso do feudalismo, o baixo nível de desenvolvimento tecnológico aliado a transportes deficientes tornava o espaço não conectado, articulado: não seria possível aumentar a produtividade do trabalho, dos excedentes e nem mesmo comercializá-los uma vez que os transportes – um dos aspectos das forças produtivas – eram totalmente ineficientes. Neste sentido é que se fala em articulação, fazendo conexão conceitual com o *intercâmbio (verkehr)* de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (1986), p. 28.



Devido à Europa bárbara ser atrasada com respeito às regiões de civilização antiga, não chega a se estabelecer aí um modo de produção tributário acabado; é, pois sob a forma embrionária e inacabada deste que se constitui o feudalismo. A ausência de um poder central [existente em todo modo tributário] forte que centralize o excedente dá aos senhores feudais locais um poder mais direto sobre os camponeses (AMIN, 1973, p. 26).

Esta característica particular da formação europeia proporciona um espaço fragmentado e atrasado. A consolidação do espaço em uma integração dinâmica e produtiva, com excedentes sendo produzidos e comercializados, assim como a extração dos excedentes de outros espaços pelo globo e seu acúmulo na Europa levaria ainda alguns séculos. Esta dor do parto constituiria o “milagre europeu” (JONES, 1981). Porém dor sentida intensamente – na carne, nas almas e em toda a extensão da vida, desde o nível individual, coletivo até o social – por camponeses e populações nativas de todos os continentes.

Para o intuito a que se obriga este artigo – o de precisar momentos para esclarecer a formação e organização de um espaço do capital e para o capital – conclui-se pela limitação do espaço medieval para produção, mesmo existindo um acúmulo de capital financeiro ocorrido neste período final da Idade Média e fundamental para etapas futuras do desenvolvimento socioeconômico. As linhas de comércio eram especialmente litorâneas e abarcavam pequenos pontos da costa. Não transformavam o interior dos espaços jurídicos de reinos e Estados em processo de formação. Evidente que uma asserção desse tipo é conceitual: uma concepção ou imaginário de espaço é formada em nosso intelecto (o concreto pensado de Marx) através de um processo histórico. Vislumbra-se o espaço físico limitado desse processo de comércio – intensificado em relação à degradação da alta Idade Média – quando se tem em vista o espaço extremamente desenvolvido do capital no qual todos os pontos do planeta praticamente estão submetidos à sua lógica própria: produção reprodução, acumulação e centralização das riquezas. Trata-se de usar novamente as idéias de Marx na qual é a fisiologia e anatomia humanas que permitem descobrir a do macaco.

Precisamente neste sentido indica-se a limitação do espaço construído, produzido ou organizado da Idade Média em seu estágio final. Um espaço pouco organizado para valorar o valor. Espaço que tangencia



alguns núcleos sociais. Não aprofunda uma organização do espaço no sentido da *intensidade espacial*, quer dizer, uma “internalização” da produção (ARRIGHI, 2013), ou submissão física e total do espaço na produção de riqueza. Pouco do mesmo é tocado e um materialidade pouco intensa produzida. A antropogênese do espaço em sua forma capitalista só estava esboçando o que se tornaria.

### **Comércio, transição e os “mares nunca de antes navegados”<sup>7</sup>**

Momento crucial e decisivo na história do desenvolvimento capitalista e da civilização européia. O acúmulo de capital através do comércio já ocorria nos estágios finais do feudalismo em decomposição. Mas somente através do comércio de longo curso estabelecido pelas navegações e do processo de colonização que o espaço europeu cresceria. Em outros termos, os espaços controlados pela atividade econômica e expansionista européias. Na conceituação de Pierre Chaunu<sup>8</sup> seria a expansão da cristandade latina, até então simples civilização, simples formação social entre outras muito à frente desta em termos tecnológicos e de riquezas. As navegações e todos os eventos relacionados a ela não são certamente o processo iniciador do capitalismo. No entanto através de seu desenvolvimento ter-se-á uma acumulação e concentração de riquezas muito maiores, sobrepujamento da civilização cristã latina sobre as demais. Mai importante, porém, do que a questão das riquezas e a acumulação para os objetivos deste artigo: a demarcação de um espaço capitalista mais mundializado, integrado e construído para as suas finalidades objetivas de reprodução e expansão do capital. A formação de um espaço mundializado de reprodução econômica e todas as suas conseqüências seriam estabelecidas a partir deste momento. Desnecessário dizer que neste processo de formação de uma civilização global coincidindo com o desdobrar ou espriar do capitalismo pelo mundo temos também um processo de controle imperial europeu de espaços. Formação de espaços de exploração incorporados à civilização em ascensão.

---

<sup>7</sup> Camões. *Os Lusíadas*. Canto I, 1.

<sup>8</sup> Ver Chaunu, *Expansão Europeia: do Século XIII ao XV* (1978), mapa entre as pp. 38-9. Neste é possível verificar que no sentido de formação e expansão dos espaços de centralização de poder e de riquezas a cristandade latina é totalmente insignificante neste momento histórico.



Por meio das navegações e do processo de colonização, portanto, haverá um contínuo desenvolvimento de estruturação dos espaços novos conhecidos, dominados e controlados pelo comércio europeu em ascensão. Este espaço estruturado para esta finalidade constituirá uma das mais fantásticas fontes de acúmulo de riquezas em moldes bem diferentes dos espaços construídos por outros tipos de império e de ação imperialista. O capitalismo é modo de produção distinto e os espaços não são apenas fontes tributáveis: são fatores determinantes no processo produtivo da riqueza, de expansão, controle e poder.

Nos sistemas sociais antigos a raiz econômica do expansionismo era a cobrança de tributos: na verdade, a apropriação do excedente disponível ou obtível de sociedades militarmente fracas. De modo geral os "imperialismos" antigos deixavam intacta a base econômica dos territórios conquistados ou dominados. A pilhagem, a pirataria, a captura de escravos e o estabelecimento de colônias eram aspectos conhecidos e típicos das atividades dos antigos construtores de impérios (MAGDOFF, 1978, p. 8).

O processo inicial de expansão do capitalismo não difere muito do mesmo. No entanto, como será abordado, isso vai mudar com o processo de colonização das Américas e depois com o desenvolvimento do processo de industrialização.

Ao invés de um espaço *passivo* e de extração dos tributos torna-se um espaço *ativo*. Nestes espaços os braços, pernas, sangue, carne, músculos e almas irão verter-se sobre eles, irão molhar os solos para deixar prontas e acabadas as riquezas e os produtos ambicionados pelos comerciantes e elites, camadas sociais privilegiadas a consumir e deliciar-se com os frutos extraídos, roubados, saqueados. Na linguagem técnica do processo valorizador e da teoria econômica falaremos apenas de transformação da matéria por meio do trabalho humano. Sim, é a antropogênese de um novo espaço e a construção da materialidade de uma civilização que nasce para o capital. No entanto, tal linguagem – ainda que técnica – é muito pobre para expressar toda a miséria e violência cometida no nascimento dessa civilização do capital.

No entanto o processo colonizador viria em etapa posterior. Inicialmente o que o espraiamento do capitalismo em ascensão vai produzindo é o *espaço de fluxo* importante em qualquer processo



econômico, modo de produção ou formação socioeconômica. Trata-se do espaço pelo qual as riquezas podem fluir. Neste caso as rotas comerciais estabelecidas. Aqui o significativo papel dos genoveses no financiamento do empreendimento espanhol e português. O espaço constitui-se, então, como uma força produtiva em construção e dependendo da extensão deles uma força produtiva que pode levar séculos para seu desenvolvimento mais potencializado<sup>9</sup>.

O mais significativo é o estabelecimento de um espaço de fluxos comerciais com o oriente através de processo, ou seja, continuidade desenvolvida em cada momento histórico, aos poucos. É sobre esse movimento “molecular” ou “atomístico” dos atos históricos que a consciência teórica deve tentar construir o conceito. Tem-se neste momento a continuidade das tentativas portuguesas, por exemplo, de estabelecer rotas comerciais através do périplo africano desde a tomada de Ceuta em 1415 até a chegada final de Vasco da Gama no oriente indiano em 1498. A importância do processo é que um espaço é estabelecido no sentido de serem rotas que permitirão o transporte de mercadorias e o acúmulo de riquezas por parte dos comerciantes. O capitalismo nascente, desvincilhando-se dos grilhões feudais, vai estabelecendo seu próprio espaço de produção de riqueza. Como todo modo de produção necessita inevitavelmente de espaços geográficos e antropogênicos para a reprodução social por meio da produção de valores e a manutenção dos ajustes classistas, ou seja, relações de classe, o capitalismo também vai moldando, produzindo o seu. Os constantes e contínuos processos sociais em toda a sua extensão histórica (homens e mulheres fazendo a história cotidianamente) levam-nos a entender o conceito como produção mental. Neste caso é a compreensão de um espaço que revela o desdobramento do

---

<sup>9</sup> Os espaços de expansão europeia começam a se constituir com as Cruzadas (MAALOUF, 1989) como o primeiro momento do imperialismo europeu. Logo, o primeiro momento constitutivo da acumulação e centralização de riquezas que levaria ao capitalismo. No entanto, a plenitude deste espaço como “estrada” dos fluxos de riqueza apenas na Revolução Industrial. Posteriormente teremos os imperialismos e, na contemporaneidade, os espaços cibernéticos e seus fluxos de capital especulativo. Isto é um brevíssimo relato histórico, sumário ao extremo, de como a construção de espaços pode levar séculos, mas como as raízes estão plantadas no tempo da longa duração. Inclusive o tempo encurtando ao máximo o espaço (HARVEY, 2013; BUCCI, 2021).



capitalismo e sua superior forma de produzir riquezas subordinando classes e espaços, mesmo neste momento ainda com espaços restritos formados.

Posteriormente aparece o colonialismo como um novo tipo de espaço. As Américas tornando-se o “espaço-berço” do novo colonialismo surgem para a história durante o processo de expansão europeia, mas somente com o colonialismo efetivo, a ocupação de espaços e a produção econômica de valores realizados nestas terras é que este momento histórico se conclui e novo espaço é produzido: espaço intenso de produção por meio de trabalho escravo em todas as gamas étnicas, especialmente do grande comércio do riquíssimo tráfico negreiro.

Existe aqui uma profunda ligação do processo colonial com o desabrochar das manufaturas na Europa. Neste caso a história da colonização passa a ser a história da construção do espaço constantemente ampliado e integrado na reprodução capitalista européia, agora senhora civilizadora do mundo e rumo ao salto industrial posterior. Estes espaços ampliados e integrados podem ser vistos nas Américas como fronteiras de conquista, como fronteiras de produção econômica de valor e extração do mesmo por classes possuidoras de terras e detentoras do monopólio comercial. As trocas comerciais desiguais estabelecem relações de produção internacionais enriquecendo as manufaturas – especialmente inglesas – e todas as classes coloniais relacionadas a este comércio. São ao mesmo tempo os comerciantes, como referido, mas também os proprietários de minas e de terras a espoliar o trabalhador, no caso brasileiro quase sempre o negro cativo.

O espaço se desdobra na forma de novas terras a serem exploradas e sua população espalhando a ordem econômica nova com destruição das já existentes nestes territórios: o novo civilizatório é barbárie. Mas ocorre também a intensificação dos fluxos de mercadorias: produtos coloniais invadindo a Europa assim como escravos comercializados para as terras americanas. Os espaços em seu processo de construção pelo modo de produção, não são apenas realidade em sua existência física e imóvel, mas também a interligação entre eles, a integração, o intercâmbio. Os transportes ganham evidente destaque neste ponto.

Pode-se verificar uma questão conceitual e teórica fundamental. Qualquer modo de produção e as formas mais diversas de sociedade interagem com o espaço, a matéria, na produção de uma materialidade: é um princípio básico ordenador de uma civilização e seu processo civilizatório. Os valores como síntese e objetivação do trabalho humano são



aqui representados. Trata-se do processo de antropogênese do espaço. No caso do capitalismo em suas primeiras fases de desdobramento como uma longa transição acumulativa e centralizadora de riquezas percebe-se a extensão cada vez maior dos espaços por onde o mesmo se estende. O *espraiamento* passa a ser um conceito e não figura de linguagem, imagética: é o processo pelo qual o modo de produção vai integrando espaços mais distantes e maiores nos quais a riqueza é produzida e pelos quais ela flui.

Duas considerações são ainda indispensáveis. Em primeiro lugar, mesmo com este potencial enorme de espraiamento e integração, o capitalismo está longe de ainda controlar espaços mundiais gigantes. Muitos dos espaços controlados e postos a produzir riquezas são ainda como que pontos sobre a superfície terrestre. Na ótica geopolítica dos colonizadores, no entanto, esses pontos aparecem como necessidades maiores. Podem não produzir riquezas efetivas, mas devem ser conquistados e controlados. É o caso da expansão geográfica brasileira, por exemplo. Por fim nunca deve ser esquecido que espaços maiores significam populações maiores e a potencialidade produtiva também estendida, expansão da produção e, em determinadas condições, aqueles que consumirão os produtos.

Neste sentido deve ser feita uma referência fundamental à formação dos Estados Nacionais como centro organizador do poder, mas também da economia, da produção e da uniformidade do comércio. Assim:

Andreas Ryff, um mercador barbudo e vestido em couro [na Alemanha em fins de 1550], está voltando para a sua casa em Baden; numa carta que escreve à esposa conta que visitou trinta feiras e que é perturbado por abrasões provocadas pela sela. Porém perturba-se mais ainda com os prejuízos daqueles tempos; durante a viagem é parado a mais ou menos cada dezesseis quilômetros, com a finalidade de pagar pedágio; entre Basle e Colônia paga trinta e um tributos.

E isso não é tudo. Cada comunidade que visita tem seu próprio dinheiro, suas normas e regulamentos, suas próprias leis e organização. Só na região ao redor de Baden há 112 medidas de comprimento diferentes, 92 medidas quadradas diferentes, 65 medidas diferentes para secos, 163 medidas diferentes para cereais, 123 medidas diferentes para líquidos, 63 medidas especiais para bebidas e 80 tipos de pesos diferentes denominados libras (HEILBRONER, 1996, p. 25).



No ambiente que viria a ser chamado de Alemanha em finais do século XIX isso era um problema intensificado pela enorme desorganização política e territorial. Este ponto é essencial: a organização no sentido de conduzir à centralização não é apenas a ordem política e administrativa sendo objetivada. Objetivação – ou seja, transformação em realidade concreta daquilo que são projetos políticos, ideologias organizadas, de determinadas classes e elites – significa neste caso a formação do território, espaço pelo qual se espria o poder político, mas também o econômico no sentido da produção, tributação, comércio etc.

Por este motivo que Heilbroner ao perscrutar os motivos que levam ao surgimento de um pensamento econômico autônomo em relação à filosofia, seu desenvolvimento como ciência separada das outras não coloca só a força do mercado, mas outros fatores também tais como as “unidades políticas da Europa”:

Sob as explosões de lutas camponesas e conquistas da realeza, a existência de um feudalismo precoce abriu caminho para as monarquias centralizadas. E com as monarquias deu-se o crescimento do espírito nacional; sucessivamente, isso significou proteção real para indústrias favorecidas, tais como os grandes trabalhos de tapeçaria francesa, o desenvolvimento de armadas e de exércitos, com todas as suas indústrias satélites. A infinidade de regras e regulamentos que atormentavam Andreas Ryff e seus companheiros mercadores durante o século dezesseis abriu caminho para leis nacionais, medidas comuns e moedas circulantes mais ou menos padronizadas (id., p. 36).

Sem contar ainda que durante este processo de centralização em todos os sentidos de formação de espaços nacionais consistentes e coerentes (centralização política, administrativa, legal, econômica etc.; homogeneização do espaço) ocorre o surgimento das grandes companhias de comércio de longo curso proporcionando a acumulação de capital por meio da espoliação extremamente acentuada do espaço asiático, sobretudo. Mostra-nos um aspecto importante de todo o processo: estes desenvolvimentos históricos ocorrem em função de determinadas classes mercantis e elites políticas. Assim, o espaço formado é a objetivação de uma ideologia, porém fortemente articulada, ou seja, é um *projeto político*.

A formação dos Estados Nacionais centralizados estaria na base de uma série muito grande de processos históricos como fator determinante



para o arranque definitivo do capitalismo e sua organização do espaço mundial de maneira integral e irreversível. O pensamento político moderno está surgindo neste momento e as bases para o pensamento econômico também. Refletindo na forma de uma totalidade determinada como orientadora do nosso raciocínio – ou *totalidade estruturada* como diria Althusser – não seria nenhum atrevimento dizer estar neste momento em latência uma das questões mais controvertidas para entender as lógicas políticas e econômicas da expansão capitalista: as lógicas territoriais de poder e econômicas, na conceituação de Harvey. Mas este assunto conduz a um estudo mais abrangente impossível neste momento.

A extensão espacial no sentido acima referido acaba por produzir massas enormes de consumidores e trabalhadores e a acelerada urbanização requer, no entanto, um novo passo histórico e mudanças fundamentais na construção do espaço pelo capitalismo.

### **A “internalização” da riqueza: a indústria<sup>10</sup>**

Não é nem de longe a intenção deste artigo explorar as origens e desenvolvimentos socioeconômicos que desembocaram no processo de industrialização das nações hoje consideradas hegemônicas e nem mesmo na primeira que o fez, a Inglaterra. Sendo o objeto a construção do espaço pelo capitalismo, o processo de industrialização – força produtiva não necessariamente capitalista, mas associada ao mesmo após mais de 200 anos de desenvolvimento do capital associado à indústria – é sem dúvida

---

<sup>10</sup> É bom que se afirme desde já que não consta dos interesses deste artigo a exploração das causas ou o debate sobre o significado do processo de industrialização conhecido universalmente como *Revolução Industrial*. A intenção é simplesmente apresentar as conseqüências e potencialidades espaciais dela. Trata-se da relação adiante apresentada entre os processos históricos e socioeconômicos de acumulação de capital e as necessidades dessa acumulação; as potencialidades e possibilidades tecno-produtivas que o espaço oferece ao ser transformado e antropomorfizado pelas relações sociais de produção e, por isso, o espaço como força produtiva. Sinteticamente, para o momento, os desdobramentos espaciais da industrialização é o fundamento deste item. Para um debate sobre o conceito de *Revolução Industrial*, a posição de diversos autores sobre ela assim como os desdobramentos causais é aconselhável a leitura do livro de Nino Salamone, *Causas Sociais da Revolução Industrial* (1980) que apresenta uma visão sintética, porém bastante instigante desse processo histórico.



aquele marcante de profunda ruptura e produz o que se poderia chamar de espaço moderno do capital. Talvez – e não cabe aqui entrar em polêmica e nem mesmo fazer um esboço, mesmo fundamental, de periodização – seja o momento histórico separador entre o “velho” e o “novo” e todo o desdobramento histórico posterior em termos de espaço e integração mundial sejam apenas continuidades deste. Fundamental a expressão de Arrighi neste ponto de “internalização” da acumulação. Esta expressão será guia para os primeiros esboços deste desdobramento.

Ao fazer isto já se está, neste artigo, colocando uma mudança, transformação ou mais precisamente uma *ruptura* fundamental. Significa dizer que a acumulação capitalista anterior se fizera, sobretudo a partir do comércio e espoliação colonial. Em termos de construção do espaço para o desenvolvimento do capitalismo, formação do espaço capitalista de acumulação, eram os *espaços de fluxo* como vimos chamando e o ordenamento territorial das colônias já em uma segunda etapa comercial. Neste caso transformações profundas no espaço ocorreram, mas não ainda na magnitude que estava por aparecer.

Durante o processo de transição para o capitalismo com o declínio feudal e o comércio e espoliação coloniais como mola propulsora da acumulação, poucos espaços foram amplamente construídos como o que iria fazer o intenso processo de industrialização. Naqueles estágios anteriores no longo processo de acumulação ter-se-ia um desenvolvimento progressivo e constante no sentido de formar ou produzir espaços aptos para aquela. Espaços que correspondiam ao processo econômico, por um lado, e pelas técnicas e tecnologias possíveis para a época. Fato a nunca ser esquecido: a produção do espaço, a objetividade que se põe *contra* – no sentido de obstáculo – a sociedade jamais é formado a partir dos desejos e necessidades puras e simples dessa. As forças produtivas do momento são elementos determinantes e centrais neste processo. Assim, mesmo com um desejo social, ou seja, de uma classe social e de elites políticas sedentas de poder, de infinita acumulação de riquezas, esta não se pode fazer infinitamente. O espaço se põe *contra*, ou *contra* na medida das outras forças produtivas do momento: só são colocadas as tarefas que se podem resolver dado o patamar das forças produtivas do momento. Neste ponto a história se põe como processo lento e cabendo ao intelectual a pura paciência do conceito para lhe entender o cerne. É profundamente empolgante, excitante e sedutor em longas linhas mestras formar um conceito e dar por entendido um processo. Mas o conceito só surge através



do longo conhecimento dos processos e conexões de cada momento histórico<sup>11</sup>. No caso mencionado do desdobrar das navegações e colonização agora o espaço construído era o necessário e possível<sup>12</sup> para este momento da acumulação: rotas comerciais – em conexão com a cartografia e seu desenvolvimento como ciência fundamental – entrepostos comerciais, domínio de principados asiáticos, aprisionamento de escravos em franjas do litoral africano bem como o ouro, caravanas comerciais e, em maior escala do espaço, a formação dos Estados Nacionais e do processo de colonização das Américas, o espraiamento da produção e do capital pelos mesmos.

A industrialização a partir de fins do século XVIII iria provocar, por um lado, uma nova etapa de acumulação de capital sem precedentes na história e iria construir um espaço correspondente para essa: agora existem tecnologias passíveis de responder aos dilemas históricos da acumulação. E dentro dos parâmetros mencionados anteriormente, ou seja, dentro das possibilidades que as forças produtivas impunham e das necessidades de acumulação. Conveniente dizer que as necessidades econômicas de

---

<sup>11</sup> Não se tem a intenção prolongar essa digressão e descaminho do texto, porém necessária. No entanto, a formação conceitual é justamente o processo pelo qual o sujeito do conhecimento debruça-se sobre a realidade e tenta lhe retirar as “entranhas”, fazê-la falar, “torturá-la” para expressar em termos de concreto pensado aquilo que é real. A realidade é infinita e manhosa enquanto o pensamento é limitado – é a tese de todo materialismo como nos diz Lukács. Por isso não adianta a “tortura”: o conceito só é alcançado pela paciente progressão intelectual do sujeito do conhecimento. A forma mais audaciosa de conceito e talvez suprema seja o processo de *periodização*, ou seja, dividir o tempo histórico. É lhe pôr ordem, ordenar o tempo. Entender como a sociedade está ordenada em seu fazer cotidiano por forças que não percebe, que não entende e não vê. O intelectual tem esta função, de elaborar o conceito. Mas pode também cair em sua armadilha: chega-se demasiadamente rápido à conclusão. O espaço como realidade física é também princípio metodológico: a compreensão dos processos temporais juntamente com suas correspondentes manifestações no espaço podem nos garantir maior precisão conceitual. No caso abordado trata-se do desenvolvimento do capitalismo como o tempo de ascensão e acumulação, mas também na medida das possibilidades permitidas pelo espaço. Assim ocorre um lento desdobrar da acumulação e da construção do espaço possível em função das determinações das forças produtivas. Esta nota metodológica é fundamental para o entendimento do artigo ora apresentado.

<sup>12</sup> A dialética entre o necessário e o possível, ou seja, as necessidades e as possibilidades são exemplarmente desenvolvidas por Engels em *Anti-Dühring* (1979).



acumulação procurarão extrair ao máximo as potencialidades das forças produtivas. E, feita esta observação, pode-se afirmar uma das características marcantes do espaço que se formaria para a acumulação estar condicionada aos meios de transportes mais dinâmicos e ágeis proporcionados pelo desenvolvimento industrial e tecnológico. Estes produziram um aprofundamento territorial da reprodução capitalista, possibilitando a extração e produção de excedentes antes inalcançáveis para o capital global.

A questão do aprofundamento dos espaços a serem explorados e submetidos à lógica do capital irá constituir a forma ou maneira pela qual o *mundo moderno* passa a ser visto aos olhos daqueles que presenciam e vivem as mudanças. Elemento, portanto, cultural, mas somente visível para a sociedade e para a cultura formada porque o capital se torna fenômeno no espaço, uma *fenomenologia do capital* a partir da antropogênese social – logo de classe – do capital nos espaços e territórios por onde o mesmo exerce seu poder. As maneiras pelas quais ocorre esse espraiamento do capital pelo espaço, revolucionando e transformando, subvertendo o que havia antes, são múltiplas e procurar-se-á citar apenas alguns momentos desse processo como mais significativos<sup>13</sup>.

Neste nível fenomênico dos espaços tem-se especialmente o gerenciamento do olhar, da imaginação, da sensibilidade e da mente humanas e de toda a sociedade, percebendo aquilo antes inexistente e o ritmo da urbanização como o mais significativo. As cidades industriais superpopulosas causarão impacto sobre a cultura ao atingir a todos das maneiras mais diversas. Espanto e horror coexistirão nelas. Também repulsa e idolatria, admiração e escárnio, deleite e perdição, tanto para a consciência intelectual que dissecava como navalha essa atmosfera carregada das sujas cidades industriais, como à consciência do artista até chegar a toda população que aí vive e sente o cheiro da morte pelo trabalho. Durante todo

---

<sup>13</sup> As formas pelas quais o espaço e o tempo são percebidos como totalmente transformados pelo ritmo incessante dessa modernização sob os impulsos do capital podem ser vistos em Marshall Berman, *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar* (1986) com especial destaque para o primeiro ensaio do livro no qual o autor mostra o *Fausto* de Goethe. Aqui o personagem aparece como o *fomentador*, o empreendedor destruindo os espaços antigos, da tradição e implantando um novo espaço e as suas conseqüências temporais subseqüentes. É precisamente isso que o capital faz em sua expansão: modifica uma estrutura dada, converte o espaço original e erige formas novas de produzir alterando o ritmo da vida e a percepção do espaço e do tempo. Isso é a modernidade. No caso de Goethe, apesar de viver em um país atrasado economicamente a percepção da modernidade era evidente.



o século XIX esses aspectos iriam acentuar-se mais ainda<sup>14</sup>. São espaços moldados tipicamente por e para o capital. Aqui nas cidades o capital encontra seu *locus* espacial mais privilegiado. E não se trata de fenômeno apenas, ou seja, objetivação do processo econômico do capital sobre a matéria e o espaço e posteriormente percepção pela consciência das formas mais díspares possíveis. É o uso do próprio espaço como necessidade produtiva na sua imanência de ser o local da acumulação. Todas as percepções sentidas e vividas acima de horror e admiração e seu corolário respectivo são para o capital e a classe que o movimenta pura frieza de concentração e centralização de riquezas.

Essa propriedade natural dava ao proprietário [a riqueza mobiliária] um prestígio quase mágico. Não podia ser “privado”; o aristocrata tinha uma auréola romântica; como diria um sociólogo do século XX, ele foi marcado por um carisma. O proprietário de dinheiro, de capitais, de títulos e ações, perdeu esse prestígio. Retirou da propriedade todo o valor místico. Onde? Em que quadro? Na vida citadina, meio (ambiente, meio, mediação, intermediário) da transformação. Eis aí enfim, nomeado o monstro, o lugar das metamorfoses e dos encontros, o espaço teatral que mistura o ilusório e o real, que simula a apropriação (onde a apropriação aparecendo como alienação constitui o “direito à cidade”) –

---

<sup>14</sup> Duas observações são fundamentais. Em primeiro lugar não é necessário recuar para o século XIX: basta-nos observar o crescimento a partir dos anos 1950 na América Latina e dos anos 1970 no leste e sudeste asiáticos de suas cidades. Estas foram movidas pelo impulso de burguesias locais comprometidas como sócios minoritários do capital internacional e pelo Estado financiador de projetos desenvolvimentistas espoliador de força de trabalho imensamente barata e aos montes abarrotando com sua imundície de pobreza essas megalópoles “pós-modernas” de miséria. Sua paisagem – o aspecto fenomênico mais ilustrativo do capital espalhando-se e construindo o espaço – é sempre semelhante. Desnecessário falar muito: o fenômeno é ilustrado da exposição *Éxodos* de Sebastião Salgado na qual um dos aspectos dessa são as megalópoles: “Às vezes, eu esquecia onde estava. Cairo? Jacarta? Cidade do México? Vi as mesmas ilhas de riqueza em mares de pobreza, como as áreas verdes de Manila, que são campos de golfe particulares em vez de parques abertos ao público” nos diz Salgado. A segunda observação refere-se à bibliografia que neste caso é vasta, mas pode ser ilustrada pelo mesmo livro de Marshall Berman nos ensaios III e IV sobre Baudelaire e São Petersburgo. Para pensar o Brasil um dos livros pode ser o de Lúcio Kowarick, *A Espoliação Urbana* (1979) e os poemas, entre outros, de Walt Whitman.



onde enfim o capital vitorioso parece ter descoberto o trabalho humano como fonte de riqueza (LEFEBVRE, 1999, p. 36).

Mas as cidades ainda conseguiriam sob os efeitos da tecnologia dos transportes acelerarem seu gigantismo. Os efeitos seriam percebidos com destaque muito especial nas metrópoles e megalópoles do século XX e XXI. Ainda que o fenômeno da urbanização tenha surgido e marcado sua existência moderna na primeira metade do século XIX é somente na data mencionada que ele assume a forma do “monstro”. Sob a tecnologia dos transportes as cidades poderiam se espalhar por quilômetros em linhas ininterruptas de construções, concreto e asfalto. Poderiam inchar de forma desmesurada e garantir ainda que as pessoas (já que esse “amontoado de gente” com especial ênfase nas metrópoles do mundo subdesenvolvido está longe de ser chamado de *cidadão* – doce referência a um tempo em que o capitalismo industrial surgia junto com as lutas sociais nas ruas e em boa medida com a burguesia lutando junto) circulassem pelos seus espaços totalmente determinados pelo capital. De forma mais notável para servirem como força de trabalho barata. Fantástico mundo do capital neste espaço controlado pela tecnologia dos transportes: mais massas humanas podendo movimentar-se e servir para valorizar cada vez mais a acumulação. As cidades – com destaque para as gigantescas – são o espaço *par excellence* do capital.

Um aspecto crucial desdobrar-se neste momento. Este articula muitas formas pelas quais o capital constrói seu espaço e molda cada vez mais a si mesmo e suas características como concentração e centralização da riqueza através da produção de valores por meio da transformação da matéria nestes mesmos espaços e suas populações. Este aspecto a se desdobrar são os transportes mais rápidos possibilitados pelas novas tecnologias no uso da energia (não mais limitada às fontes animadas como o foi durante toda a existência do *H. Sapiens* com alguns poucos momentos pontuados de fuga deste conceito generalizante como rodas d’água, moinhos de vento etc. assim como as várias formas de energia que se desenvolveram pelo século XIX como o uso do carvão, eletricidade e petróleo) e das técnicas mecânicas.

Neste caso temos tanto os navios à vapor como as ferrovias possibilitando espaços – em sua especificidade de territórios e regiões – cada vez mais vastos articulados com a reprodução do capital. O resultado é a produção cada vez maior e mais diversificada de mercadorias em diversas partes do planeta como também a possibilidade de venda. Enquanto navios



mais potentes podiam levar cargas enormes que um comerciante do século XIII jamais poderia imaginar atravessando “mares nunca de antes sequer imaginados”, as ferrovias penetravam profundamente nos espaços terrestres. Enquanto os navios estabeleciam esquemas portuários e rotas comerciais estabelecendo o espaço de fluxo, as ferrovias faziam o mesmo, mas também integravam cidades, populações, plantações ao grande comércio mundial. Transformavam assim a própria natureza do espaço em sua originalidade física em um espaço antropogênico<sup>15</sup>.

Além disso, é característico que estes setores não apenas moldam o espaço e aumentam o poder reprodutivo do capital como também dinamizam outro setor econômico a colocar mais valor ainda neste poder reprodutivo. Trata-se do setor de bens de capital e as ferrovias neste caso constituem destaque todo especial.

É evidente que nenhuma economia industrial pode se desenvolver além de certo ponto se não possui uma adequada capacidade de bens de capital. Eis porque – mesmo hoje – um índice isolado para se avaliar o potencial industrial de qualquer país é a quantidade de sua produção de ferro e aço.

Esta imensa indústria [do carvão], embora provavelmente não se expandindo de forma suficientemente rápida rumo a uma industrialização realmente maciça em escala moderna, era grande o bastante para estimular a invenção básica que iria transformar as indústrias de bens de capital: a ferrovia. Pois as minas não só necessitavam de máquinas à vapor em grande quantidade e de grande potência, mas também de meios de transporte eficientes para trazer grandes quantidades de carvão do fundo das minas até a superfície e especialmente para levá-las da superfície aos pontos de embarque (HOBSBAWM, 1986, pp. 59-60).

E para concluir sobre os trilhos, suas máquinas e o espaço que cortam potencializando-os como geradores de riqueza, também existe o já

---

<sup>15</sup> Não se deve esquecer que o conceito de antropogenia do espaço pode parecer abstração, ou seja, um espaço que tornado humano pelas forças de uma genérica e hipotética humanidade. Todo o conteúdo de classe seria retirado deste esquema conceitual. O espaço antropogênico significa aquele feito pelas forças humanas organizadas em determinadas relações de produção. Neste caso relações submetidas à força do capital, uma antropogenia com marca de nascimento bem característica e pouco abstrata.



mencionado aspecto cultural que esta revolução produtiva, material e espacial vai proporcionar:

Nenhuma outra invenção da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular. Mal tinham as ferrovias provado ser tecnicamente viáveis e lucrativas na Inglaterra (por volta de 1825-30) e planos para sua construção já eram feitos na maioria dos países do mundo ocidental, embora sua execução fosse geralmente retardada (id., p. 61).

Estas formas novas e rápidas de articular o mundo proporcionariam o elemento tecnológico, a força produtiva básica para – naquela dialética anteriormente referida de necessidade econômica e possibilidade tecnológica de fazê-lo – moldar mais uma característica do espaço como força produtiva<sup>16</sup> mais mundializada: uma divisão internacional e espacial do trabalho. Nem oportuno e menos ainda possível, mas neste ponto encontramos justamente uma das origens ou uma das mais fortes determinações do subdesenvolvimento, ou desenvolvimento capitalista retardatário, incompleto e desigual. São produzidos no mundo espaços de acumulação de capital centralizados – nestes dá-se o controle do que produzir, para quem produzir e como produzir – e os fornecedores de recursos estabelecendo uma lógica perversa de espoliação espacial e do trabalho em benefício de burguesias e elites políticas tanto internas (as fracas burguesias nativas dependentes e covardes) quanto externas.

Este assunto é fundamental e marca até hoje um amplo debate sobre desigualdade mundial assim como desigualdades espaciais e econômicas internas em muitos países: pode-se perceber na segregação espacial das cidades gigantes dos países pobres de forma desumana. Também está na raiz do debate congênere sobre o desenvolvimento e suas possibilidades nos países retardatários. Mas também marca o problema do imperialismo

---

<sup>16</sup> Apenas para enfatizar: as tecnologias produtivas vão se integrando no espaço e o constituindo com tecnologias espaciais. Nessa profunda articulação de espaço e tecnologias e a subsunção daquele a estas temos a concepção de espaço como força produtiva. Da mesma maneira podemos pensar assim para a natureza. No entanto, no caso desta teríamos que adentrar pelo conceito de natureza e tal discurso não é parte deste artigo.



dos séculos XIX e XX e seu debate, o imperialismo capitalista “clássico”. Evidente também a impossibilidade de desenvolver a totalidade e exaustão do assunto, mas fica um exemplo também clássico. Este ilustra a divisão espacial e internacional do trabalho e da produção conectada com os meios tecnológicos dos transportes para buscar e controlar espaços vitais antes impossíveis de produção econômica. Trata-se da colonização e partilha intensa e rápida da África anteriormente restrita às faixas litorâneas.

Tudo isso marca o processo de “internalização” referido por Arrighi. “Internalização” da acumulação ele vai nos dizer. Porém com essa também a formação espacial uma vez que se não produz riqueza para acumular sem transformação da matéria em objetos úteis e, no capitalismo, vendáveis, valor de troca. Tudo isso por meio de outra mercadoria a marcar o capitalismo como modo de produção, a força de trabalho. A acumulação é expressa, em um sistema de mercado complexo e dinâmico como é o capitalismo, em dinheiro, meio de troca. Mas sempre a precisar da produção material e dos espaços para isso. Por este motivo que a “internalização” pode ser dita em dois sentidos. Em primeiro lugar uma contraposição a uma etapa de acúmulo por meio da atividade comercial nos quais as mercadorias de base para esta não eram produzidas – ou o eram de forma precária, pequena e incipiente – dentro do espaço europeu. Em segundo lugar – em uma interpretação deste artigo – a “internalização” espacial como incorporação de novos espaços produtivos em um mercado mundial mais articulado, um capital mais mundializado produzindo um aglutinamento, uma antropofagia de tudo em seu seio valorizador, mas também concentrador.

## O globo como espaço

Em outro contexto afirmamos ser o termo globalização errôneo em muitos sentidos. No contexto ideológico é apenas afirmação falseadora de uma expansão capitalista “benéfica”. Mas também errônea em seu sentido mais semântico possível em relação à pretensa realidade desejante de expressão. Sendo uma forma de expansão do capitalismo e este sendo movido por forças humanas *determinadas* (de classes, países e elites totalmente distintas, mas sempre forças humanas transformando o mundo, antropomorfizando a realidade física com forças desiguais – classes, empresas, Estados, etc.) o que se constrói é um *mundo*, não o globo: este é realidade física dada, o *globo terrestre*. As forças humanas *determinadas*



agindo em coletividade constroem o *mundo determinado*. Logo, mesmo neste sentido semântico – e não poderia ser diferente, pois palavras, comunicação é o meio de expressão e propagação da ideologia – percebe-se no termo globalização total inadequação como o mínimo a ser dito.

No entanto é precisamente *globo* que se quer insistir neste momento. Afinal é sobre a realidade física dos espaços terrestres o questionamento, ou seja, o próprio globo é o espaço para a reprodução do capital, para a acumulação e centralização de riqueza, para a expropriação e espoliação humanas com a crescente desigualdade socioeconômica e o aumento da pobreza relativa e absoluta. Neste sentido o aumento da classe trabalhadora e a perda constante e cada vez maior de todas as possibilidades sociais de controle sobre a produção. Verdadeiramente o capitalismo tornou-se global em todos os sentidos possíveis<sup>17</sup>.

Ao longo do século XX o capitalismo desdobrou-se pelo globo de maneira imperativa e não só imperial. Praticamente todos os espaços e as sociedades neles existentes – o espaço social, conjunto organizado do território ou região organizado por determinada sociedade e suas formas produtivas – tornaram-se submetidos à lógica pura da acumulação e da centralização pelo capital. O controle desses espaços pelo capital é consequência não só lógica como inevitável. Em termos muito práticos

---

<sup>17</sup> Neste parágrafo estão contidos vários conceitos e ideias que se procurará expressar de maneira condensada. Em primeiro lugar a ideia do Prof. Dr. Adílson Marques Genari que o capitalismo pode acabar com a pobreza. Concordamos afirmativamente com esta opinião. Pode não ser viável economicamente ou politicamente nas estruturas de classe atuais e suas frações superiores de financistas, mas existe a possibilidade de extingui-la ainda que não seja o verificado nas últimas três ou quatro décadas inclusive nos países centrais (ver Naomi Klein sobre o “espalhamento” neoliberal pelo mundo e suas políticas econômicas altamente perversas). No entanto, aumenta a concentração de renda e a pobreza relativa e absoluta. Isso quer dizer que em relação ao padrão civilizatório que as forças produtivas permitem alcançar em termos de produtividade do trabalho, nível de bem-estar social e expectativas de vida cultural e coletiva melhores percebe-se constante desigualdade. Neste sentido é que o capitalismo ao se espriar de forma tentacular pelo globo destrói as potencialidades que suas próprias forças conjuram e o faz na necessidade não só de acumular, mas de centralizar a riqueza e seu potencial produtivo. Assim, se o capitalismo pode prescindir da pobreza não o pode do controle privado para centralizar o que, como e para quem se produz. Ver István Mészáros, *A Necessidade do Controle Social* (1987). Temos aqui o grande narcótico e vício do capitalismo: não pode permitir o controle social dos meios de produção e, como consequência lógica, dos espaços de produção.



passa-se a constatar espaços – regiões, lugares, territórios – há milhares de quilômetros de distância controlados por algum escritório em Nova York, Londres, São Francisco, Tóquio, Xangai etc. Firmas gigantes investem e controlam de muito longe a atividade produtiva de milhões, bilhões de trabalhadores<sup>18</sup>.

Mesmo assim, apesar da enorme impressão causada pelo século XX e o XXI já bem adentrado em todos, as principais tecnologias – como parte do processo mais geral das forças produtivas – permissivas do processo de desenvolvimento de novos espaços ou penetração capitalista, transformação e controle desses já haviam sido desenvolvidas em quase sua totalidade ao longo do século XIX, especialmente no que se refere aos transportes. Por este motivo sustentou-se anteriormente o complexo revolucionar produtivo ao longo dos séculos XVIII-XIX como a base social, econômica (com isso temporal e espacial), política e ideológica do mundo moderno. No entanto, no sentido da produção de espaços para o capital, muitos processos novos estavam por se desdobrar e levar à formação de um globo como espaço ou território do capital: o *mundo é o limite*<sup>19</sup>. As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), a microeletrônica como base daquelas e a robótica como a mais completa subsunção do trabalhador ao capital e total liberdade deste marcam para sempre o capital atual, seus novos espaços e seus novos imaginários bem como novas formas de *Videologias* (BUCCI; KEHL, 2015; BUCCI, 2021) e poderes desestruturadores de revoltas.

As determinações centrais do desenvolvimento industrial podem se articular com momentos do processo de desenvolvimento industrial dos países subdesenvolvidos. Nestes o processo de espraiamento do capital pelos seus espaços conduziu a terríveis problemas como já se teve

---

<sup>18</sup> Os exemplos são desnecessários, pois por demais evidentes. Cabe apenas adicionar que esse controle é tanto econômico quanto político, assim como empresas de base ou consumo. No caso do controle político deve-se enfatizar, por exemplo, acordos que beneficiam a instalação de uma empresa em uma pequena cidade moldando suas formas, seu ritmo de crescimento, a especulação imobiliária, seus novos bairros, a infraestrutura para que a empresa esteja ajustada no espaço local etc.

<sup>19</sup> Poder-se-ia fazer uma pequena brincadeira e dizer que as cidades não são o espaço do capital *par excellence*, mas sim o globo o é *par excellence*. No entanto, trata-se de uma questão que envolve muitos aspectos e determinações. As cidades moldam a concentração humana de produção – além dos aspectos culturais, especulações imobiliárias e financeiras etc. O globo torna-se o espaço de conexão mundial e articulação dos muitos espaços produtivos (tais como as próprias cidades) em uma rede de entrelaçamento produtivo.



oportunidade de citar. Era, no entanto, a necessidade de acumulação em escala crescente do capital, além dos tão conhecidos fatores geopolíticos relacionados à guerra fria. A sociedade produz seu movimento de maneira dialética e, portanto, as determinações históricas acima se imbricam e mutuamente se explicam. O resultado são os novos espaços sociais de acumulação, centralização e controle da riqueza com todas as consequências para o elemento *social* da lógica *espacial*.

Dois outros conjuntos tecnológicos, econômicos, produtivos e históricos também moldariam os espaços no século XX e além, para dentro do XXI: o poder fenomenal das comunicações referidas (TDICs) – imbricada à robótica e microeletrônica – e as redes de energia. Esta última conducente às recentes formas do imperialismo como demonstra Harvey (2005a; 2005b).

As comunicações já se tinham feito revolucionar durante o século XIX por meio dos transportes mais rápidos. No entanto, neste momento, durante o XIX, as comunicações ligavam-se com os transportes através da materialidade destes. As mercadorias transportadas estavam relacionadas de forma muito íntima com as necessidades de comunicação para o controle do capital e assim instruções, ordenamentos etc. de firmas, especuladores, países deviam avançar em pedaços de papel (meio físico, material) junto com trens e navios. Mas os princípios tecnológicos do que viria separar a comunicação dos transportes por meio das telecomunicações também já se alicerçava no século XIX: o desenvolvimento e pesquisas com ondas eletromagnéticas. Não cabendo neste momento nenhuma especulação mais profunda e necessária, porém em outra oportunidade entre o meio tecnológico e o controle do espaço, interessa apenas evidenciar que as telecomunicações passaram a controlar os fluxos de capital, de investimentos, da especulação e, com isso, o controle de populações inteiras através de informações. Controlando populações e produção, como referido, tem-se o controle do espaço social. O alargamento e desenvolvimento deste processo assim como sua intensificação viriam ao longo das décadas de 1950-60 em diante com o uso de computadores aperfeiçoados pela microeletrônica com esta sofisticando, diminuindo o tamanho e potencializando a rapidez de informações e a posterior conexão em rede. *Controlar* o capital, a produção, a especulação, exércitos e pessoas – bilhões de pessoas em todo o globo – ficou muito mais fácil. E a palavra-chave em relação ao capital e ao seu espaço continuará sempre sendo *controlar*: controle implícito e explícito em acumulação e centralização do capital. O



resultado e o tamanho atingido por este controle econômico e *videológico* é atualmente descomunal (BUCCI, 2021).

Por fim as redes de energia, tão necessárias como todas as outras, ou seja, de transportes, comunicação e telecomunicações também produzem um espaço do capital mais e mais mundializado. Neste caso, porém nada de *imaterial*<sup>20</sup> está sendo transportado: trata-se de matéria necessária para a produção de valor junto ao trabalho humano. Exemplifica-se o espaço da energia e suas redes por meio da fonte mais consumida em todo o mundo e aquela que moldou boa parte da história do século XX: o petróleo.

Desde o princípio, este extraordinário produto criou problemas completamente novos e novos tipos de organização. Sua produção caprichosa encoraja a formação de cartéis e de *controle centralizado*. Sua distribuição desigual, seu estado fluido e sua dependência de transporte emprestaram-lhe a capacidade especial de unificar, primeiro os Estados Unidos e depois o resto do mundo. Os oleodutos e os petroleiros que o transportam tornaram-se as *artérias* do mundo industrial; mas, por isso mesmo, é capaz de romper o equilíbrio político (SAMPSON, s.d., p. 362, itálico dos autores)

Difícil terminar sem apresentar a relação inevitável estabelecida entre política e as redes de energia referidas – no caso o petróleo. É sobre política e geopolítica a referência quando se coloca o conceito de *controle*. Neste universo a economia dos manuais acadêmicos morre por não enxergar um centil além das relações microeconômicas. Neste universo o capitalismo vai moldando seu espaço e o controlando cada vez mais

Os governos ocidentais não podem mais fugir do problema de controlar as companhias de petróleo, conforme fizeram no passado. Políticos e diplomatas devem enfrentar as

---

<sup>20</sup> O destaque para *imaterial* provém do fato de que pouco importa a forma do produto, uma informação por e-mail ou um tênis produzido na Indonésia, uma pesquisa no Wikipédia ou um litro de gasolina refinada em Paulínia com petróleo de Campos, sendo produtos *materiais* ou *imateriais* são produtos simplesmente porque representam mercadorias. Cada uma tem sua especificidade, mas elas *são* (no sentido filosófico mesmo de *ser*), pois vieram ao mundo como *fenomenologia do capital*, acumular riqueza. Quanto as questões culturais envolvidas na mercadoria informação e a eterna manipulação e ideologização da sociedade não cabe nos limites deste artigo.



implicações do fluido que os ajudou a construir o seu mundo e ligar operações das companhias a sistemas de escolha e *controle democráticos*. O público precisa conhecer o custo completo, tanto econômico quanto político, de sua dependência da energia que considerava garantida (id., p. 363, itálico dos autores)<sup>21</sup>.

## Conclusão

O objetivo básico deste artigo foi apresentar algumas relações históricas pelas quais o capital expresso como civilização e cultura do capitalismo constrói seu próprio espaço, tanto aquele vislumbrado pelos olhos e sentidos humanos como através da análise conceitual do domínio da abstração, o concreto pensado. Por este motivo o risco grande em periodizar formando núcleos temporais de formação desse espaço. Tenta-se sempre em análises deste porte uma busca através dos infinitos processos moleculares de produção e acumulação de capital – na expressão de Harvey em seu *O Novo Imperialismo* –, algumas linhas diretrizes, alguns padrões permissivos para estabelecer homogeneidades temporais. Isto é justamente o conceito em história: temporalização do espaço e espacialização do tempo, porém dentro de determinadas estruturas de produção e de classes.

Por outro lado, o artigo não procurou apenas apontar estes momentos conceituais. Procurou-se também dar algumas indicações sem aprofundamento teórico da necessidade do espaço como fonte de

---

<sup>21</sup> Destaca-se que o livro de Sampson termina após o primeiro choque do petróleo de 1973, mas indica em inúmeras passagens a íntima relação sempre existente entre poder político e controle do petróleo. Por este motivo a crítica sem meias palavras feita à economia dos manuais. Por outro lado, hoje a maior parte da produção mundial de petróleo está nas mãos de empresas estatais, nem por isso melhorando ou produzindo condições melhores de vida para as populações locais. No que diz respeito ao controle estatal do petróleo ver Séréni, “A nova era do petróleo estatal”. Os limites da análise de Sampson, mesmo muito bem documentada, crítica e instigante, reside naquilo que as palavras sugerem na forma de ideologia. Ao falar em *público* o autor não especifica controle público, mas conhecimento. Além disso, falar em *público* sugere uma massa abstrata de pessoas de interesses completamente diferentes que pouco podem influir em controle de empresas do porte das petrolíferas. Argumentação de um jornalista liberal o que, no Estados Unidos atual, já é muita coisa.



acumulação de capital. Qualquer modo de produção molda seu espaço para as suas necessidades produtivas. E não poderia ser de outro modo: sem a transformação da matéria contida no espaço e desenvolvida ao longo do tempo jamais haverá produção de valores. Estabelece-se assim relação intrínseca, dialética entre necessidade do espaço e da matéria a lhe formar o conteúdo para a produção e, por outro lado, a transformação deles através do desenvolvimento das forças produtivas bem como subsumindo o espaço (e o tempo) como forças produtivas do capital<sup>22</sup>.

O capitalismo coloca-se como o modo de produção hegemônico: levantado com o “milagre europeu” como nascente modo de produção da periférica cristandade latina – nas palavras de Chaunu – para suplantar todos os coexistentes e todos os antecedentes em termos de controle do espaço, do tempo, da matéria e da energia. Suas forças produtivas mais dinâmicas e poderosas moldaram como nenhum outro modo de produção o espaço. Não é necessário repetir as palavras de Marx e Engels do *Manifesto Comunista* sobre a sua capacidade de revolucionar para esclarecer mais. Estas relações históricas e de desenvolvimento das forças produtivas só confirmam as questões teóricas não aprofundadas do espaço, do tempo, da matéria, da energia e do trabalho humano como as categorias sobre as quais qualquer realidade socioeconômica é construída. Sobre esta realidade atual é que bilhões de consciências se voltam na maior parte do tempo procurando viver, ter alegria, mas com uma apreensão que provoca coceras na alma.

## Referências

- AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

---

<sup>22</sup> Este artigo poderia ter uma continuidade para falar sobre o tempo. Por exemplo, as TDICs são formas pelas quais o olhar e o tempo tornam-se força de trabalho para o capital, forma de *valor de gozo* (BUCCI, 2021). O tempo como força produtiva e o olhar como trabalho ficará para outro artigo.



- BUCCI, Eugênio. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- \_\_\_\_\_. KEHL, Maria Rita. **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- CHAUNU, Pierre. **Expansão Europeia do Século XIII ao XV**. São Paulo: Pioneira, 1978.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GIMPEL, Jean. **A revolução industrial da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.
- \_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005b.
- \_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna**. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções: 1789/1848**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- JONES, Eric. L. **O Milagre Europeu (1400 - 1800)**. São Paulo: Gradiva, 1981.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. São Paulo: DP & A, 1999.
- MAALOUF, Amin. **As cruzadas vistas pelos árabes**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**: a economia da política externa dos estados unidos. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Editora Ensaio, 1987.
- SALAMONE, Nino. **Causas sociais da revolução industrial**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- SAMPSON, Anthony. **As sete irmãs**: as grandes companhias de petróleo e o mundo que elas construíram. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

*Recebido em 11 jul. 2021 | aceite em 16 ago. 2021*

